



3ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE SANTA CATARINA

“O Compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil”

Relatório Final

Florianópolis – SC

2011

Conselho Estadual do Idoso – CEI

3ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

“O Compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil”

Relatório Final da 3ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada entre os dias 14 e 15 de Setembro de 2011.

Florianópolis/Balneário Camboriú – SC, 14 e 15 de Setembro de 2011.

I – DADOS DA ETAPA ESTADUAL

1. Decreto, local e data de realização da Conferência:

Instrumento Legal de Convocação (Decreto):

Data: 14 e 15 de Setembro de 2011

UF: SC

Município: Balneário Camboriú

Local: Hotel Sibara

Nº de Delegados: 431

Nº Participantes: 431

2. Organizações que participaram da Etapa Estadual:

3. Coordenador da Conferência Estadual:

a. Nome completo: Katia Freitas

b. Organização: Conselho Estadual do Idoso, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SC

c. E-mail: katiafreitas-cei@sst.sc.gov.br

d. Telefones (com DDD): (48) 3229-3784

4. Responsável pelo preenchimento deste relatório:

a. Nome completo: Dilceane Carraro e Mirella Rocha

b. Organização: Relatoria Contratada

c. E-mail: dilceanec@gmail.com; mirellafr@gmail.com

d. Telefones (com DDD): (48) 3721-9540

II – DESENVOLVIMENTO DA CONFERÊNCIA

4. Breve descrição

A 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado de Santa Catarina foi realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 no Hotel Sibara, cidade de Balneário Camboriú/SC.

A organização foi realizada pelo Conselho Estadual do Idoso – CEI e teve o apoio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Estado e Habitação – SST/SC. No dia 13/09 a partir das 17h iniciou-se a acolhida e credenciamento dos delegados no Hotel Sibara.

A partir das 8h do dia 14/09 deu-se início ao credenciamento com abertura oficial, contanto com autoridades ligadas ao poder público e a política dos direitos da pessoa idosa no Estado de Santa Catarina e nacionalmente. Após a abertura oficial, contamos com a fala de uma pessoa idosa, acerca do reconhecimento e dos direitos desse segmento sendo seguida pela Conferência Magna.

No início da tarde tivemos a leitura e aprovação do Regimento Interno da 3ª Conferência e na sequência o início das atividades em grupo, através dos 11 grupos de trabalho que contemplaram os 5 eixos propostos pelo CNDI.

A divisão dos eixos em grupos ocorreu da seguinte forma;

EIXO I – Envelhecimento e Políticas de Estado: Pactuar Caminhos Intersetoriais, sendo que, para potencializar as discussões, o Conselho Estadual do Idoso subdividiu-o em 07 grupos de trabalho, quais sejam:

Grupo 1: Por que são necessárias ações conjugadas dos vários setores responsáveis pelas ações, para uma melhor política social voltada à pessoa idosa? Explicando a intersectorialidade;

Grupo 2: Diretrizes para ações integradas entre Saúde e Assistência Social, Saúde e Educação e Educação e Assistência Social;

Grupo 3: Diretrizes para ações integradas entre Educação e Políticas de Trânsito;

Grupo 4: Diretrizes para ações integradas entre Habitação e Políticas da Cidade;

Grupo 5: Diretrizes para ações integradas entre Previdência Social e Trabalho;

Grupo 6: Diretrizes para ações integradas entre Cultura, Lazer e Turismo;

Grupo 7: Diretrizes para ações integradas entre Justiça e Direitos Humanos.

EIXO II – Pessoa Idosa: Protagonista da conquista e efetivação dos seus Direitos

Grupo 8: Pessoa Idosa: Protagonista da conquista e efetivação dos seus Direitos

EIXO III – Fortalecimento e Integração dos Conselhos: Existir, Participar, Estar ao alcance, comprometer-se com a defesa dos direitos dos idosos

Grupo 9: Fortalecimento e Integração dos Conselhos: Existir, Participar, Estar ao alcance, comprometer-se com a defesa dos direitos dos idosos

EIXO IV – Diretrizes Orçamentárias, Plano Integrado e Orçamento Público da União, Estados, Distrito Federal e Município

Grupo 10: Diretrizes Orçamentárias, Plano Integrado e Orçamento Público da União, Estados, Distrito Federal e Municípios: Conhecer para exigir, exigir para incluir; fiscalizar

EIXO V – Avaliação do Impacto das Conferências na Condução da Política

Grupo 11: Avaliação do Impacto das Conferências na Condução da Política.

Dessa forma, após a finalização das propostas dos trabalhos em grupo, procedemos a votação das propostas prioritárias a serem encaminhadas para o CNDI, bem como a votação das moções e apresentação das experiências exitosas.

5. Texto-base utilizado

“O Compromisso de todos por um envelhecimento digno em Santa Catarina”

Muitos estudos evidenciam o alargamento do processo de envelhecimento populacional nas diferentes partes do mundo. Estima-se que o crescimento da população idosa (pessoas com 60 anos ou mais) nos países subdesenvolvidos fará com que possivelmente no ano 2025, dos 11 países detentores das maiores populações de idosos em números absolutos (todas acima de 16 milhões), a maioria pertença a essa parte do planeta. Considerando essas estimativas, o Brasil será o sexto país em números absolutos, com mais de 32 milhões de idosos, sendo que o Censo de 2010 confirmou este crescimento nas diferentes regiões do país.

Assim, nossa terra adorada que se chama Brasil enfrentará nos próximos anos um crescimento rápido da população idosa, o qual aponta a necessidade da construção de caminhos para a importante tarefa da construção de políticas que materializem o acesso a bens e serviços, bem como a qualidade de vida das pessoas idosas no país. Trata-se de uma tarefa coletiva, ao passo que cabe a todos os segmentos da sociedade brasileira - idosos, jovens, adultos, organizações, gestores das políticas e conselheiros - assumir um compromisso efetivo em prol da conquista de um envelhecimento digno para a nossa população.

Perante estas perspectivas, no Brasil, principalmente na década de 90, ocorreram mobilizações de órgãos governamentais e de segmentos da

sociedade civil, que repercutiram na aprovação da Lei 8.842, de 04 de Janeiro de 1994, a qual constitui a Política Nacional do Idoso (PNI). Também, nesta década, em 10 de dezembro de 1999, foi publicada a Portaria nº 1.395, que aprovou a Política Nacional de Saúde do Idoso, através dos esforços do Grupo de Atenção Integral à Saúde do Idoso, do Ministério da Saúde.

Além destas iniciativas, encontramos no ano de 2002 várias ações governamentais que favorecem do idoso, como: a criação de mecanismos para a organização e implantação de Redes Estaduais de Assistência à Saúde do Idoso por meio da Portaria nº 702, de 12 de abril de 2002 (Brasil, 2002); a criação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI pelo Decreto nº 4.227 de 13 de maio de 2002 e modificações posteriores. Em 2003, um grande avanço nas políticas para o idoso foi a aprovação, pelo Senado Federal, do Estatuto do Idoso em 25 de setembro de 2003, com o parecer nº 1.301 (Senado Federal, 2003), o qual tornou-se Lei a partir de 1º de outubro de 2003 (Lei nº10.741), conferindo a toda pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos garantias legais a direitos que deve usufruir. O Estatuto prevê o respeito à inserção do idoso no mercado de trabalho e à sua profissionalização, o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer e assegura políticas de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde do idoso.

Importa destacar que estas políticas, leis, portarias e estatutos vêm para assegurar o direito da pessoa idosa no exercício de sua cidadania e é nesse contexto que se insere também em Santa Catarina, essa 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa, cujo tema central é **“O compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil”**.

Na Santa e Bela Catarina a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e o Conselho Estadual do Idoso organizam nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 a 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa em Balneário Camboriú.

De acordo com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, nosso Estado é o segundo melhor do país em termos de longevidade, educação e renda – indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Portanto, esse número revela que em nossas lindas paisagens se vive mais e melhor.

No entanto, no que se refere à materialização dos direitos da pessoa idosa, apesar dos dados nos colocarem em posição privilegiada, ainda temos muito que construir.

Nesse sentido, a 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa trata-se de importante espaço de debate, avaliação e construção coletiva no intuito de contribuirmos a efetividade da Política do Idoso no nosso Estado e também lugar de germinar, a partir do debate de ideias, novas medidas de promoção e proteção social a esse segmento, bem como compartilharmos experiências exitosas de atenção a pessoa idosa, experiências que contribuam com a qualidade de vida e com o envelhecimento digno.

Além disso, importa considerarmos que o envelhecimento ocorre de maneira diferenciada para cada indivíduo, apresentando múltiplas faces e constituindo a expressão de processualidades sociais e econômico-culturais distintas. Por esse motivo não pode ser analisado desvinculado da dinâmica societária, pois seus determinantes ultrapassam as evidentes alterações físicas e fisiológicas individuais: trata-se de um processo que reflete as condições objetivas de vida da pessoa idosa em fases anteriores do ciclo vital, isto é, o acesso a bens e serviços, bem como a cobertura da rede de proteção e atendimento social.

O envelhecimento é uma conquista social, uma conquista do avanço e da melhoria dos bens, serviços e qualidade de vida na sociedade. No entanto, esses bens, serviços e qualidade de vida não são distribuídos de forma igualitária para o conjunto da sociedade. Muitos estudos evidenciam a associação entre a situação socioeconômica dos idosos brasileiros e alguns indicadores de

qualidade de vida, tais como condições de saúde, mobilidade física e acesso aos serviços de saúde, ou seja, quanto menor a renda domiciliar *per capita* entre idosos são piores as condições de saúde, a função física de modo geral e é menor o acesso aos serviços sociais e culturais.

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, disponível no sitio do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDI *sete em cada dez brasileiros* com 60 anos ou mais recebem benefício da previdência social, como aposentadorias e pensões. No subgrupo que compreende os idosos com pelo menos 65 anos, a proporção sobe *para oito em cada dez*. Esse estudo revela também uma tentativa do idoso de permanecer no mercado de trabalho como forma de minimizar a discriminação e a conseqüente marginalização às quais muitas vezes é submetido. Desta forma, quase seis milhões de idosos com 60 anos ou mais ainda trabalham, representando mais de um terço do total.

Daí a importância das políticas de Estado e da complementariedade das organizações da Sociedade Civil no processo de construção do envelhecimento digno em Santa Catarina e no Brasil. Trata-se de combater a violência e exclusão e mais importante do que isso: trata-se de um esforço coletivo em oportunizar a todos os idosos a qualidade de vida, o acesso à saúde, à educação, ao lazer, à habitação, à cultura, etc.

É nesse contexto que se insere essa 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. Essa Conferência é um momento democrático no qual devemos conferir as ações direcionadas à atenção aos direitos da pessoa idosa e ainda, “propor avanços para a consolidação das políticas públicas e da conquista do envelhecimento com dignidade em nosso país, com ampla participação e efetivo compromisso de todos”.

Além disso, importa destacar que o desenho sugerido para esta 3ª Conferência tem o intuito de privilegiar “a participação das pessoas idosas na condução dos trabalhos, na certeza de que os mais velhos, juntamente com

outros conselheiros, técnicos, gestores públicos e representantes de entidades, têm muito a contribuir na construção deste pacto que é para todos”.

A Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e o Conselho Estadual do Idoso agradecem a presença de todos e esperam que os trabalhos sejam inspirados pelo desejo de construirmos uma sociedade livre de violência e preconceitos contra a pessoa idosa e que os frutos dessa empreitada tenham alcance efetivo nos rumos da política direcionada a pessoa idosa e no compromisso efetivo para um envelhecimento digno em Santa Catarina e no Brasil.

6. Relação das Diretrizes Priorizadas

3ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

“O COMPROMISSO DE TODOS POR UM ENVELHECIMENTO DIGNO NO BRASIL”

PROPOSTAS APROVADAS

[EIXO I] Envelhecimento e Políticas de Estado: Pactuar Caminhos Intersetoriais		
DIRETRIZES PRIORITÁRIAS		
	Proposta	Âmbito
1	Alterar a renda per capita do acesso ao Benefício de Prestação Continuada (Lei 8742/1993) - BPC de ¼ salário mínimo para até meio salário mínimo. Não considerar a renda de BPC da Pessoa com Deficiência para cálculos de acesso ao BPC/Idoso no mesmo grupo familiar. Para entrar em vigor até o prazo máximo de 12 meses.	Federal
2	Assegurar, em caráter imediato, a atenção integral (assistência multidisciplinar, especialidades médicas,	Federal

	exames, assistência farmacêutica, órteses e próteses) e atenção integrada (fortalecimento da Estratégia Saúde da Família, serviços de referência, assistência hospitalar e internação domiciliar) buscando a autonomia e capacidade funcional da pessoa idosa.	Estadual
3	Implantar em curto prazo (até o fim de 2012) Centros Dia, Centros de Convivência e ILPI's – Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas micro regionais e regionais, garantindo equipe efetiva e qualificada com co-financiamento estadual e federal;	Estadual
[EIXO I] Envelhecimento e Políticas de Estado: Pactuar Caminhos Intersetoriais		
DIRETRIZES PRIORITÁRIAS		
	Proposta	Âmbito
1	Alterar a renda per capita do acesso ao Benefício de Prestação Continuada (Lei 8742/1993) - BPC de ¼ salário mínimo para até meio salário mínimo. Não considerar a renda de BPC da Pessoa com Deficiência para cálculos de acesso ao BPC/Idoso no mesmo grupo familiar. Para entrar em vigor até o prazo máximo de 12 meses.	Federal
2	Assegurar, em caráter imediato, a atenção integral (assistência multidisciplinar, especialidades médicas, exames, assistência farmacêutica, órteses e próteses) e atenção integrada (fortalecimento da Estratégia Saúde da Família, serviços de referência, assistência hospitalar e internação domiciliar) buscando a autonomia e capacidade funcional da pessoa idosa.	Federal Estadual
3	Implantar em curto prazo (até o fim de 2012) Centros Dia, Centros de Convivência e ILPI's – Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas micro regionais e regionais, garantindo equipe efetiva e qualificada com co-financiamento estadual e federal;	Estadual
[EIXO II] – Pessoa Idosa: Protagonista da conquista e efetivação dos seus direitos		

DIRETRIZES PRIORITÁRIAS		
	Proposta	Âmbito
4	Promover a alteração constitucional da idade do idoso de 65 anos para 60 anos, por meio de uma emenda constitucional.	Federal
5	Divulgar no âmbito nacional, principalmente através da mídia,(TV , em horário nobre, rádio, Jornal, revistas, folders, outdoors,) de forma sistemática, informações sobre o Estatuto do Idoso, instrumento principal que garante os direitos da pessoa idosa.	Federal
6	Que a pessoa idosa possa atuar como protagonista na elaboração de ações do plano plurianual integrado das políticas públicas, referentes ao idoso (nas três esferas), com a criação de conselhos (onde não houver, criar), a partir de fóruns e comissões representativas de cada Município.	Estadual Federal
7	Estimular a participação do idoso em espaços de discussões: grupos, conselhos, seminários, conferências e fóruns para que ele seja protagonista na garantia de seus direitos.	Estadual
[EIXO III] – Fortalecimento e Integração dos Conselhos: existir, participar, estar ao alcance e comprometer-se com a defesa dos direitos dos idosos		
DIRETRIZES PRIORITÁRIAS		
	Proposta	Âmbito
8	Criação de um plano de mídia permanente para Comunicação e publicização das ações, deliberações, informações dos conselhos das três esferas. E criação de um site oficial do CNDI, com link dos Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais do Idoso.	Federal Estadual
9	Obrigatoriedade de criação imediata do Conselho e do respectivo Fundo Municipal do Idoso, garantindo secretaria executiva, com prazo máximo de 12 meses a	Federal Estadual

	partir da 3ª Conferência Estadual do Idoso, bem como a formação e capacitação permanente dos conselheiros nas três esferas de governo.	
[EIXO IV] – Diretrizes Orçamentárias, Plano Integrado e Orçamento Público		
DIRETRIZES PRIORITÁRIAS		
	Proposta	Âmbito
10	Regulamentação do Fundo do idoso e alocação de orçamento próprio, com garantia de rubrica orçamentária para capacitação permanente dos conselheiros municipais e estaduais dos idosos.	Federal Estadual
11	Destinar 2 % das receitas do percentual social das Loterias Federais e Estaduais para atendimentos dos direitos da pessoa idosa.	Federal Estadual
[EIXO IV] – Diretrizes Orçamentárias, Plano Integrado e Orçamento Público		
DIRETRIZES PRIORITÁRIAS		
	Proposta	Âmbito
12	Realizar fóruns permanentes de forma a propiciar debates com temas relevantes a população idosa, entre os Conselhos Municipais, Estadual e sociedade civil referente a Política do Idoso para acompanhamento das deliberações das conferências.	Federal Estadual
13	Propiciar maior participação em eventos como, encontros, reuniões, seminários, momentos culturais, com aumento de cotas de gratuidade ou descontos para efetiva participação dos idosos.	Federal
14	Que o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa bem como governo estadual, responsabilize-se pela divulgação e publicação dos anais das propostas aprovadas na 3ª Conferência Estadual através dos meios de comunicações e inserir nos Planos Plurianual (das três esferas de governo)	Estadual

EXPERIÊNCIAS EXITOSAS MUNICIPAIS e REGIONAIS
CONSTANTES NOS RELATÓRIOS REGIONAIS e/ou MUNICIPAIS DA
3ª CONFERÊNCIA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SDR Blumenau		
	<u>Projeto</u>	<u>Município</u>
1	Campanha de Prevenção Empréstimo Consignado – O Conselho Municipal do Idoso de Timbó realizou uma Campanha de Conscientização sobre o empréstimo consignado em virtude de ser uma problemática levantada no município.	Timbó
2	Projeto Intergeracional Objetivo: Iniciação de trabalho intergeracional, através da troca de experiência e reflexões sobre o processo de envelhecimento. Público alvo: Alunos das escolas da rede municipal, estadual e particulares e idosos dos Grupos de Convivência.	Timbó
SDR Grande Florianópolis		
	<u>Projeto</u>	<u>Município</u>
3	No Município de Florianópolis há uma Lei Municipal de Programa Renda Extra para pessoa idosa. Tem direito a este benefício, de um salário mínimo, idosos acima de 60 anos que comprovem possuir uma doença incapacitante. São atendidos atualmente 95 idosos e é necessária a ampliação deste benefício.	Florianópolis
4	Projeto “Aprender não tem Idade” No Município de Florianópolis foi desenvolvido durante quatro anos um projeto de alfabetização e idosos. Foram formadas 6 turmas e alfabetizados 180 idosos. Essas pessoas concluíram a Educação Básica ou seja, de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. O projeto teve	Florianópolis

	parceria das secretarias municipais de Educação e Assistência Social. Como resultado do projeto foi incluído no Plano Municipal de Educação no item “Educação de Jovens e Adultos”, turmas específicas para idosos, respeitando seus processos de ensino-aprendizagem, passando a denominar no plano: “Educação de Jovens, Adultos e Idosos”	
5	Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis foi o único até a presente data a receber o prêmio Direitos Humanos, pela defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em Brasília.	Florianópolis
6	O Centro de Atenção a Terceira Idade do Município de São José dispõe de um Programa que atende idosos, em situação de saúde debilitada que possibilita a participação dos mesmos ao convívio social, fomentando a autoestima, autoimagem e autonomia.	São José
SDR Ituporanga		
	<u>Projeto</u>	<u>Município</u>
7	Projeto de Educação de Jovens e Adultos voltado para a pessoa idosa, contando com turma de 20 alunos. Atualmente estão iniciando aulas de inglês e puderam relatar por depoimentos, através do vídeo apresentado, a importância do projeto e a mudança de vida que estão tendo a partir desse.	Aurora
8	Projeto na área esportiva, com vôlei para terceira idade, tendo formados dois times que treinam semanalmente, promovendo integração, condicionamento físico e habilidade motora. Este projeto também foi apresentado através de vídeo, onde mostra um dos treinos da equipe e, principalmente, evidenciando a importância da atividade física na terceira idade.	Ituporanga
SDR Joaçaba		
	<u>Projeto</u>	<u>Município</u>
	Encontro de gerações com as rodas de prosas,	

9	que são encontros mensais com os idosos para discutir assuntos de interesse dos mesmos, com a participação de crianças.	Joaçaba
SDR Mafra		
	<u>Projeto</u>	<u>Município</u>
10	<p>Conjunto Habitacional para Idosos</p> <p>São dois conjuntos habitacionais para idosos, cujas casas são cedidas em comodato e os moradores são isentos de pagar água e luz. Objetiva oportunizar um espaço de moradia, visando melhoria de qualidade de vida e fortalecimento de vínculos para 26 pessoas em 22 casas. É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Família e Desenvolvimento Comunitário.</p>	Rio Negrinho
11	<p>Cinema com a Terceira Idade</p> <p>Curta Metragem “Tamanças de Madeira”</p> <p>A Sra. Dircélia S. Nicoluzzi, coordenadora do CRAS de Irineópolis, participou de concurso de histórias do Projeto Revelando os Brasis, promovido pelo Instituto Marlin Azul. Na história mandada para o Concurso narrou um pouco sobre a vida do avô, Sr. Marcílio Alves. Em outubro de 2010, sua história, dentre as 506 enviadas em nível de Brasil, ficou selecionada entre as 40 a serem transformadas em curta metragem. Sendo que em SC, apenas 3 histórias foram escolhidas. O lançamento aconteceu em 21 de junho de 2011.</p>	Irineópolis
SDR São Lourenço do Oeste		
	<u>Projeto</u>	<u>Município</u>
12	<p>Projetos desenvolvidos para idosos na região e eleitos como destaque:</p>	Região de São

	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade física exclusiva para idosos; • Oficina de artesanato exclusiva para idosos; • Inclusão digital exclusiva para idosos; • Atividade de integração / Encontros setoriais entre grupos; • Caminhada da Cidadania 	Lourenço do Oeste
SDR Dionísio Cerqueira		
	<u>Projeto</u>	<u>Município</u>
13	Oficinas de artesanato para idosos, as quais têm como tema: "RECLICLANDO IDEIAS"	Região de Dionísio Cerqueira
SDR Campos Novos		
	<u>Projeto</u>	<u>Município</u>
14	Curso de Extensão/Projeto "Viver Melhor na Maturidade" desenvolvido entre os anos 2009, 2010 e 2011 com apoio financeiro da SDR, Prefeitura Municipal e Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)	Região de Campos Novos
Conferência Municipal de São Bento do Sul		
	<u>Projeto</u>	<u>Município</u>
15	Em São Bento do Sul contamos com o Grupo Teatral da Terceira Idade - Crônicas do Envelhecer, que tem desenvolvido diversos trabalhos com ótimos resultados, especialmente na valorização dos idosos.	São Bento do Sul
16	Projeto Horta Comunitária fazendo a integração da terceira idade com a comunidade do bairro, elevando a auto-estima e valorizando o trabalho.	São Bento do Sul

4. Moções

MOÇÃO 1:

Moção de Reivindicação

Destinada ao: Governo Estadual

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, **reivindicam** ao Governo Estadual a destinação de 5% do Fundo Social, através de Lei, para o atendimento aos idosos; distribuição dos recursos aos municípios conforme o número de idosos e; aplicação em custeio e investimentos.

MOÇÃO 2:

Moção de Reivindicação

Destinada ao: Governo Estadual

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, **reivindicam** ao Governo Estadual a criação da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina para garantir o atendimento à população idosa.

MOÇÃO 3:

Moção de Reivindicação

Destinada ao: Governo Federal

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, **reivindicam** ao Governo Federal o aumento do número de delegados estaduais de Santa Catarina para participação nas Conferências Nacionais da Pessoa Idosa.

MOÇÃO 4:**Moção de Repúdio**

Destinada ao: Governo Estadual e Governo Federal

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, manifestam **Repúdio** ao Governo Estadual e ao Governo Federal pelo número de delegados deliberados para o Estado de Santa Catarina para participação na 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

MOÇÃO 5:**Moção de Reivindicação**

Destinada ao: Governo Estadual e Governo Federal

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, **reivindicam** ao Governo Estadual e ao Governo Federal que as propostas/diretrizes levantadas nas Conferências sejam elas municipais, regionais, estadual ou federal, saiam efetivamente do papel e se tornem realidade. Estão cansados de muita promessa e pouca solução e não encaminhamento do que é proposto.

MOÇÃO 6:**Moção de Apelo**

Destinada ao: Governo Estadual e Governo Federal

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, manifestam **repúdio** ao Governo Estadual e ao Governo Federal pelo não comprometimento do Estado em relação à política dos idosos

e as deliberações das conferências tanto para a esfera estadual como para a esfera federal.

MOÇÃO 7:

Moção de Apelo

Destinada ao: Governo Estadual

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, manifestam **apelo** ao Governo Estadual para construção urgente (até 2012) de Centros Dia e Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI's no Estado.

MOÇÃO 8:

Moção de Reivindicação

Destinada ao: Governos Municipais, Governo Estadual e Governo Federal

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, **reivindicam** aos Governos Municipais, Governo Estadual e Governo Federal a garantia de efetivação do repasse das multas originadas dos direitos violados dos idosos cancelado e a garantia que o repasse dessas multas seja destinado para a efetivação do que preconiza o Estatuto do Idoso (Art. 84).

MOÇÃO 9:

Moção de Reivindicação e Apelo

Destinada ao: Governo Federal

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, manifestam **Apelo e Reivindicação** ao Governo Federal

através do Ministério do Trabalho e Emprego criar incentivos para que empresas possam contratar maior número possível de pessoas idosas oportunizando as experiências profissionais para os idosos.

MOÇÃO 10

Moção de Reivindicação e de Apelo

Destinada ao: Governos Municipais, Governo Estadual e Governo Federal

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, manifestam **Apelo e Reivindicação** às três esferas de Governo, principalmente à esfera Municipal, para priorização e valorização dos profissionais capacitados e com formação na área específica para atuar em programas com o Idoso.

MOÇÃO 11

Moção de Reivindicação e de Apelo

Destinada ao: Governos Municipais, Governo Estadual e Governo Federal

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, manifestam **Apelo e Reivindicação** às três esferas de Governo, para criação em todo território nacional de ouvidorias, defensorias públicas e promotorias de justiça bem como delegacias, juizados e varas especializadas na proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

MOÇÃO 12

Moção de Reivindicação

Destinada ao: Governo Federal

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de

Balneário Camboriú/SC, **reivindicam** a modificação do Estatuto do Idoso, unificando a idade para a denominação idoso de 65 para 60 anos para todos os direitos e deveres. Atualmente existem duas idades: 60 e 65 anos.

MOÇÃO 13

Moção de Reivindicação

Destinada ao: Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST/SC

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, **reivindicam** a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST/SC a criação de uma Secretaria Executiva para melhor articulação entre o Conselho Estadual do Idoso e os Conselhos Municipais do Idoso.

MOÇÃO 14

Moção de Repúdio

Destinada ao: Aos Governos Estadual e Municipais do Estado de Santa Catarina

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, manifestam **repúdio** aos Governos Estadual e Municipais do Estado de Santa Catarina que estão exigindo a emissão de carteiras de transporte coletivo para pessoa idosa, contrariando o estabelecido no Art. 39, § 1º do Estatuto do Idoso, no qual afirma que para ter acesso à gratuidade basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

MOÇÃO 15

Moção de Reivindicação

Destinada ao: Secretário Estadual da Saúde de Santa Catarina

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, **reivindicam** ao Secretário Estadual da Saúde de Santa Catarina a construção de um Hospital especializado para os idosos nos grandes pólos do Estado, bem como, disponibilize leitos em hospitais gerais para os idosos com criação de uma área especializada em geriatria.

MOÇÃO 16

Moção de Repúdio

Destinada ao: Aos Governos Estadual e Federal

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, manifestam **repúdio** aos Governos Estadual e Federal pelo descaso dos gestores em relação às deliberações que, desde 1996 nas Conferências da Pessoa Idosa, aprovaram a construção de Centros dias e Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI's públicas.

MOÇÃO 17

Moção de Reivindicação

Destinada ao: Governo Federal

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, **reivindicam** ao Governo Federal que os medicamentos para os idosos sejam qualificados e entregues no ato da consulta médica e que o Ministério da Saúde forneça mais recursos para ampliar a farmácia básica do SUS e aumentar o fornecimento de medicamentos para doenças especiais.

MOÇÃO 18

Moção de Reivindicação

Destinada ao: Governo Federal, Estadual, Conselho Estadual do Idoso e Municipais, Ministério Público

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, **reivindicam** aos órgãos competentes que realizem a fiscalização devida às instituições financeiras que executam empréstimos consignados aos idosos aposentados e pensionistas, exigindo a realização dos esclarecimentos diante das taxas de juros, prazos de pagamento, percentual do comprometimento da renda e atentando às situações de exploração financeira.

MOÇÃO 19

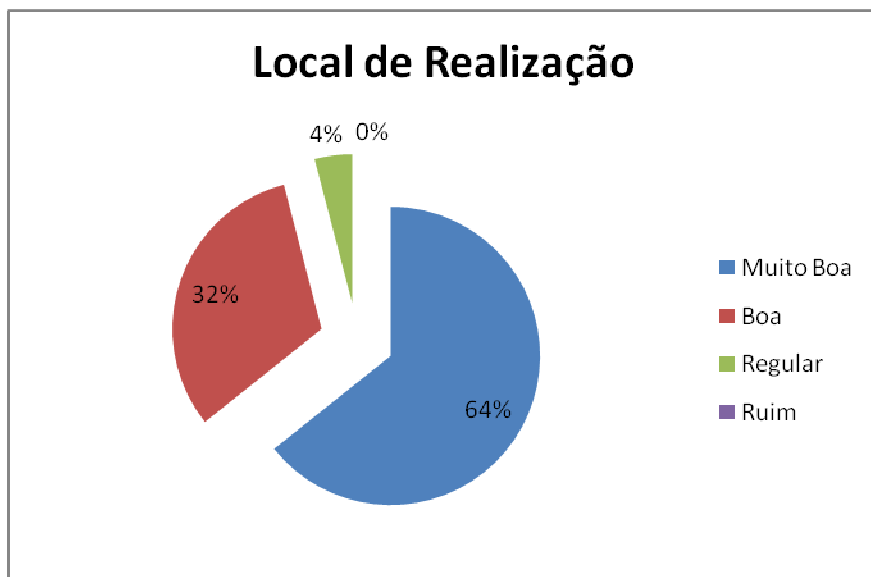
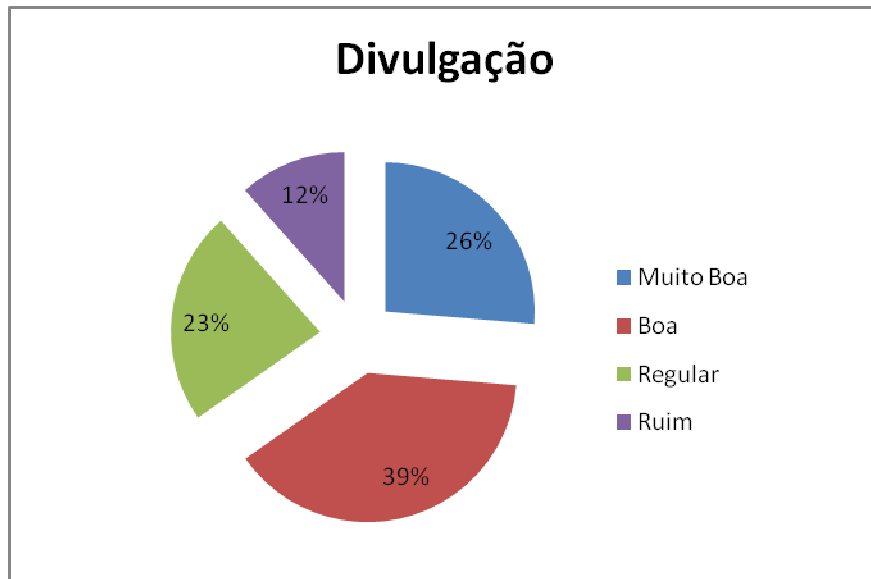
Moção de Reivindicação

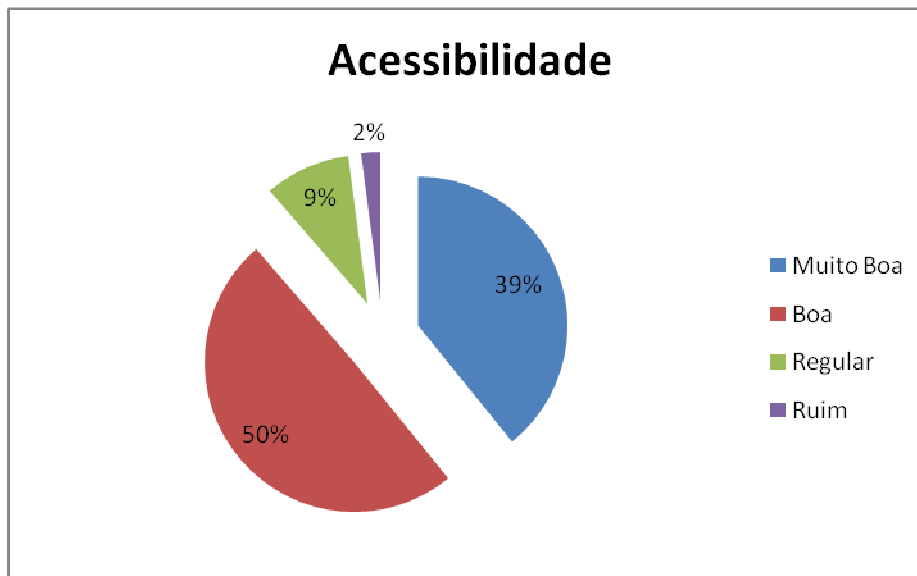
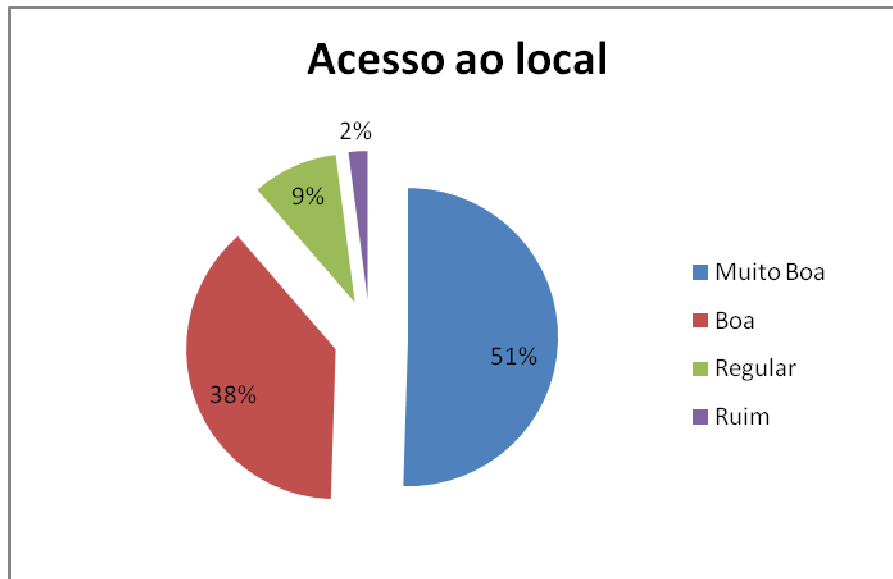
Destinada ao: Governo Estadual

Os participantes da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2011 na cidade de Balneário Camboriú/SC, **reivindicam** ao Governo Estadual a garantia de repasse de recursos para que as políticas de atenção ao idoso possam ser colocadas em prática.

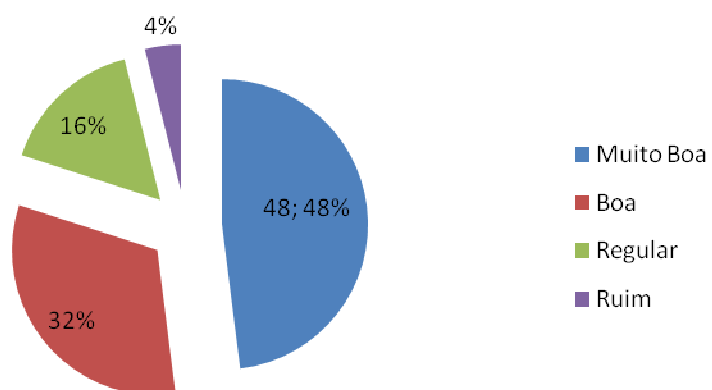
5. Avaliação

Abaixo a sistematização das avaliações individuais da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

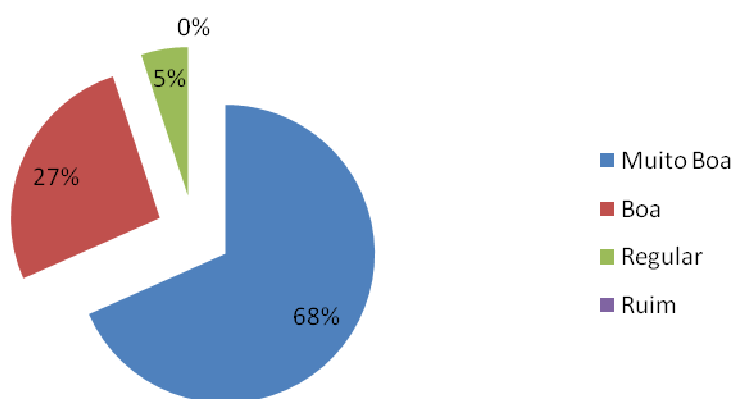




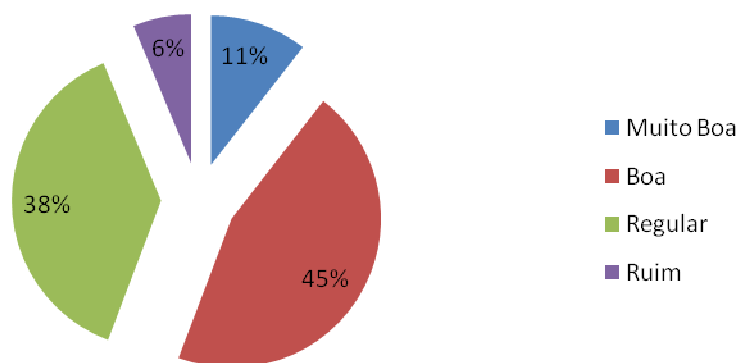
Receptividade e Acolhida



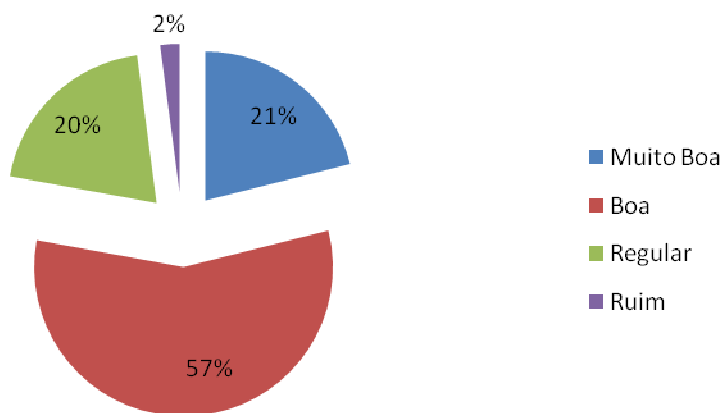
Auditório



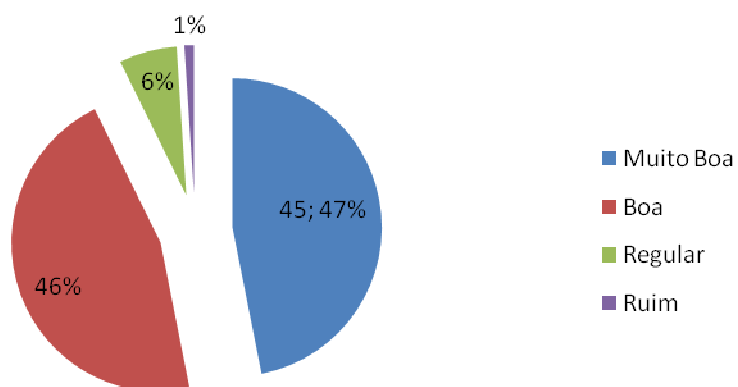
Tempo das exposições



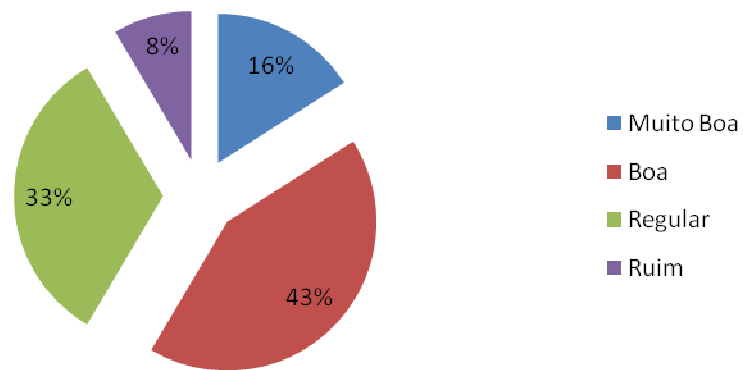
Qualidade dos Temas



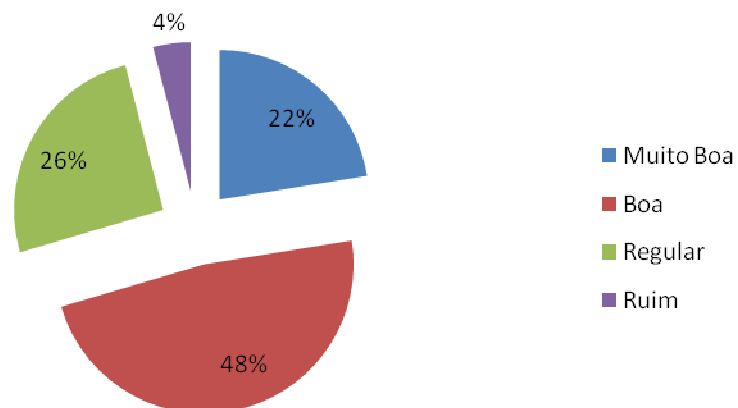
Sala dos Cursos/Oficinas



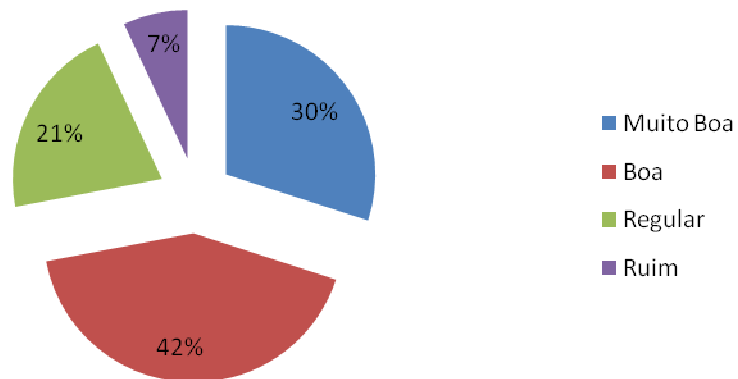
Tempo para as discussões



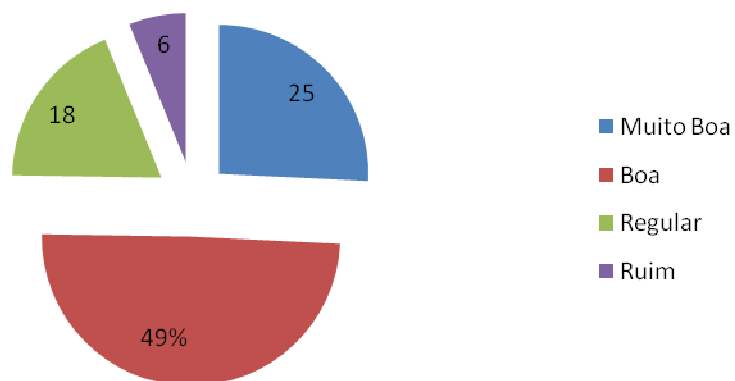
Qualidade das Discussões nos Grupos

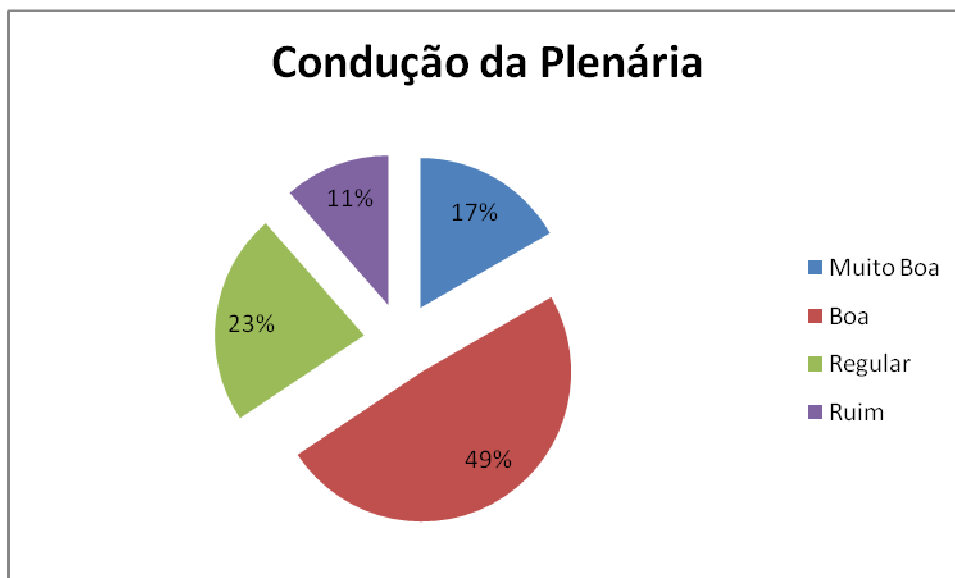
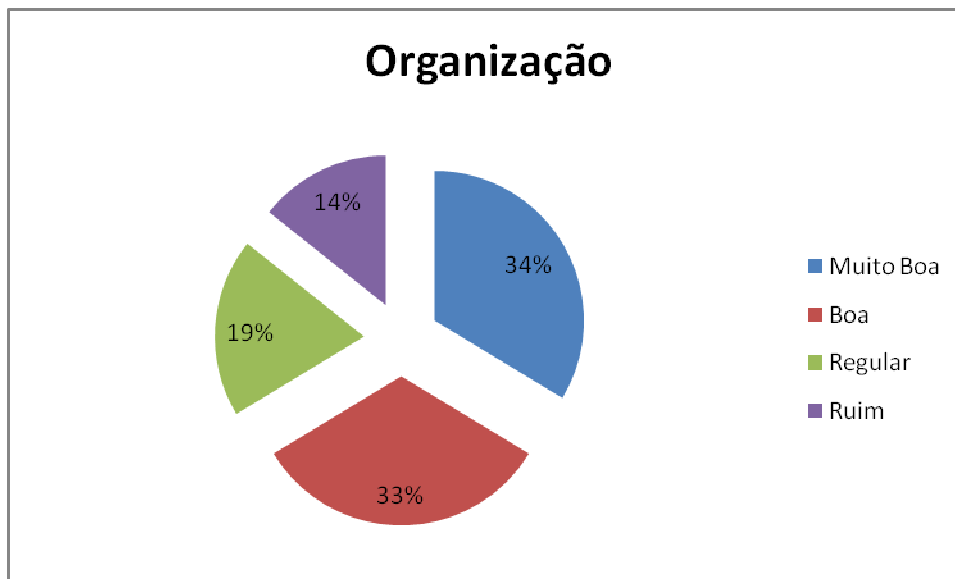


Respeito a fala das pessoas idosas



Secretaria





6. Formulário dos delegados

TITULARES DO SEGMENTO REPRESENTANTES DE IDOSOS (SOCIEDADE CIVIL)

	Nome	Idade
1	Elvira Maria Caramori Rebelato	65
2	Lourdes Portela da Rosa	62
3	Agostinho Luiz Schiochetti	42

4	Ilário Spier	66
5	Valério Nardelli	74
6	Matilde Orlanda Teixeira Pozzi	68
7	João Silva Micles	71
8	Ildamar Laurentino Mendonça	69
9	Rosarita Maria Franzoni Bousfield	58
10	Gentil Lorenzetti Costa	60
11	Rita de Cássia Stefanos Silvestrin Zoldan	50
12	Adolar Kühne	61
13	Marília Celina Felício Fragoso	64

SUPLENTE DO SEGMENTO REPRESENTANTES DE IDOSOS (SOCIEDADE CIVIL)

	Nome	Idade
1	Luiz Bernardi	60
2	João Helio Andrade	60
3	Marli Fiorentin Mezacasa	58
4	Maria Roseli Beuting	54
5	Olivia Peyerl	75
6	Vanessa de S. G. Custódio	37
7	Zilda Furlan Figueiredo	36
8	Iria Ninfa Bellotto	65
9	Maria Eulália dos Santos	53

TITULARES DO SEGMENTO REPRESENTANTES DO GOVERNO

	Nome	Idade
--	------	-------

1	Lori Boischeid	52
2	Giolly Muriel Moreira	34
3	Julio Cesar Pereira	52
4	Maria Ilene Costa Candiotto	42
5	Zenir Cristina Castellain Peyerle	71
6	Janete Grobe do Prado Bott	37
7	Igor Alessandro Siqueira	31
8	Milton Américo dos Santos	49

SUPLENTE DO SEGMENTO REPRESENTANTES DO GOVERNO

	Nome	Idade
1	Franciele Carbonara Contini	29
2	Maria Helena Ferlim	47
3	Kátia Regina Lazarini Vilvert	40
4	Mariela Renata Paseto	37
5	Luciane Natalícia dos Passos	30
6	Diléia Pereira Bez Fontana	48
7	Franciele Spolti Lorenzetti	25
8	Marilene Strapassoni	55